

POR PEDRO VILAS BOAS

Presidente Executivo da ANAP
E-mail: pedrovb@anap.org.br

INDICADORES DO SETOR DE APARAS

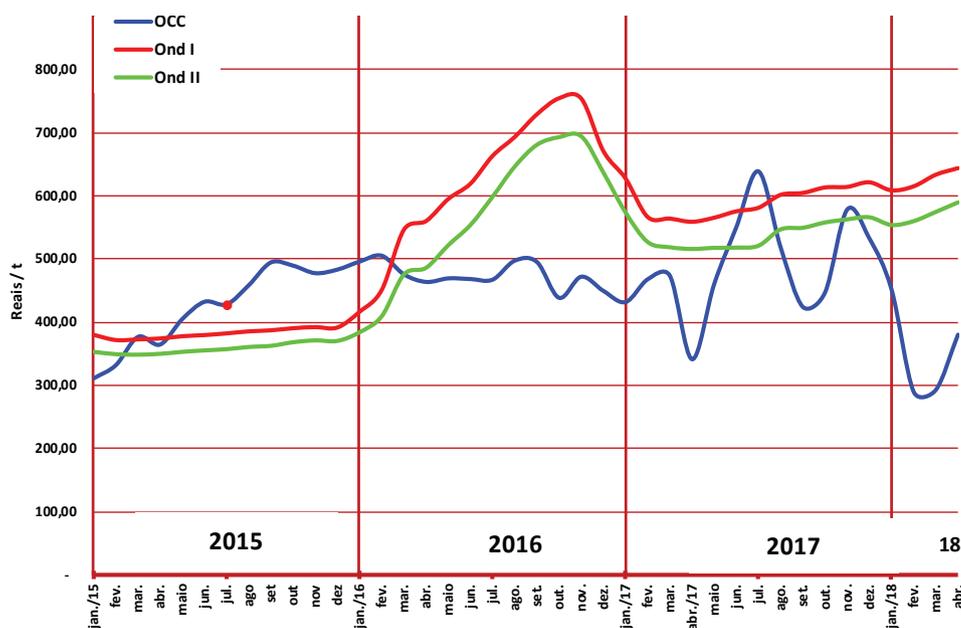
As aparas marrons continuaram em alta no último mês de abril e, a julgar pela dificuldade que os aparistas estão tendo para encontrar o material, deverão permanecer com essa tendência de elevação de preços nos próximos meses. Contudo, o momento exige cautela, pois, a economia vem emitindo sinais de enfraquecimento e começa a enfrentar problemas típicos de um ano eleitoral, a exemplo da volatilidade na cotação do dólar que, no momento, está apresentando forte alta agravada pela fuga de capitais dos países emergentes, como o Brasil.

Os números da Associação Brasileira do Papelão Ondulado (ABPO), mostraram, em março, uma expedição de 304,7 mil toneladas em volume, o que significou uma produção 2,0% superior à verificada

em abril do ano passado, marcando um recorde para o mês. Entretanto, o percentual de crescimento está perdendo força e gera alguma preocupação quanto à efetividade da recuperação econômica, mas as expectativas ainda são de um crescimento de 3% na expedição de caixas e chapas em 2018.

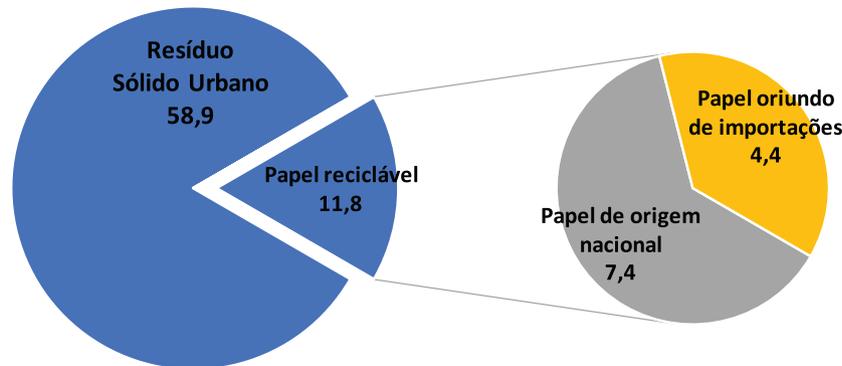
É bom lembrar que a desvalorização do Real melhora as exportações de manufaturados e, com ela, a exportação de embalagens que vão virar aparas em outros países e também implica em aumento no preço da celulose, o que sempre favorece as aparas brancas que, inclusive, em abril, já mostraram sinais de estabilidade embora ainda com queda nos valores da apara branca I, comercializada por, em média,

Evolução de preços das exportações inglesas de papelão ondulado e preços praticados no mercado nacional



Preços em libras transformados em reais pelo valor da libra no dia 15 de cada mês
Fontes: OCC – Letsrecycle; e Anguti Estatística - Preços nacionais

Papel no Resíduo Sólido Urbano/Em milhões de toneladas



R\$1.631,82 a tonelada sob depósito. Outro ponto importante a ser lembrado é quanto à valorização do dólar que praticamente inviabiliza as importações de aparas marrons, mesmo com a acentuada queda observada no mercado internacional.

Em nível mundial, os acontecimentos também estão confusos, pois, aparentemente, estamos no início de uma guerra comercial que já está impactando o Brasil. Veja, por exemplo, as recentes barreiras americanas à exportação de aço brasileiro que trará, como consequência, impactos ao mercado interno de sucata de ferro, sem falar nas restrições chinesas à importação de aparas que, como vimos no artigo anterior, está criando um novo patamar para os preços internacionais do material que, para nós, foi compensada pela alta do dólar.

Na verdade a China, procurando reduzir os níveis de poluição do país, está restringindo o percentual de materiais proibitivos aceito nos fardos de aparas e, com isso, obriga os exportadores a reclassificarem o material. Com isso, já estamos observando que as aparas de papelão, dentro das novas condições impostas pelos chineses, começam a recuperar valor no mercado, buscando o patamar tradicional de US\$120.00 a tonelada.

Outra questão que deve impactar a cadeia produtiva do papel como um todo é a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), cujo desenvolvimento está trazendo problemas e não apenas pelas ações do poder executivo, mas também pelo fato de o Ministério Público vir movendo ações contra as indústrias, que estão sendo, em alguns casos, responsabilizadas diretamente pelo retorno das embalagens por elas utilizadas, o que, convenhamos, é inviável.

O grande problema aqui é que, a nosso ver, a PNRS está baseada

em dados incorretos. Os dados divulgados no Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SINIS), informam que o total anual de resíduos sólidos urbanos existente no País atingiu a cifra de 58,9 milhões de toneladas em 2016 e, desse total, 13,1 milhões de toneladas são resíduos de papel.

Se considerarmos que o consumo aparente de papel reciclável no Brasil foi, em 2017, de 7,4 milhões de toneladas e, comparando com os dados do SNIS de 2016, restariam 5,7 milhões de toneladas de todos os tipos de papel presentes no lixo e, mesmo se, deste total, retirarmos as 1,3 milhão de toneladas de papéis de fins sanitários que, por sua natureza, não são recicláveis, ainda teríamos 4,4 milhões de toneladas no lixo urbano com origem nas embalagens de produtos importados.

De qualquer forma, supondo que realmente existam 13,1 milhões de toneladas de papel no lixo, das quais 11,8 milhões são recicláveis, e que já reciclamos 5,0 milhões de toneladas, restariam ainda 6,8 milhões de toneladas de papel que produtores, usuários de embalagens, importadores, distribuidores e consumidores de produtos embalados terão de recuperar e destinar corretamente, o que nos parece absolutamente impossível, a menos que se introduza o conceito de reciclagem energética, ou seja, queima de lixo com geração de energia elétrica.

No final, nesse cenário, o que está acontecendo é uma forte pressão, para que as indústrias financiem a coleta municipal de resíduos, criando uma fonte de recursos que, como quase sempre acontece, será mal aplicada. Dessa forma, o que teremos será um novo imposto que vai aumentar custos e levar a indústria para longe dos objetivos da PNRS. Vamos aguardar... ■